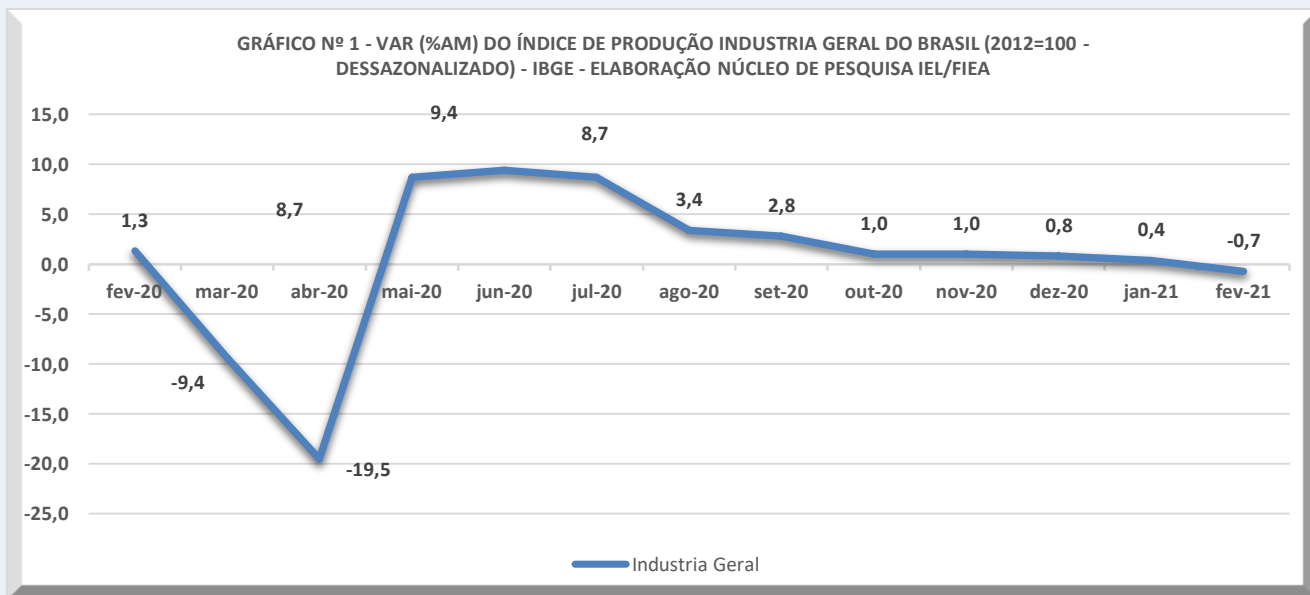




INDÚSTRIA REGISTRA PRIMEIRA QUEDA DESDE ABRIL DE 2020



Desde agosto de 2020, a indústria vem elevada taxa de desemprego associada a confiança na passagem de março para abril apresentando desaceleração na variação perda de poder de compra das famílias em foi causada exclusivamente pela avaliação de seu índice de produção função do choque inflacionário, mesmo das condições atuais das empresas e da (dessazonalizado), mas só no mês de que temporário, vem tirando gás da economia brasileira”. Continuamos a fevereiro registrou queda de 0,7% como demanda por produtos industriais como acreditar que a mudança no estado de registrado no gráfico nº 1. É importante demonstram as inversões para baixo das espírito dos empresários em grande salientar que desde o momento mais taxas acima. A renovação do auxílio no medida decorre do ritmo baixo de agudo do choque da Covid-19, em abril do valor de 42 bi reais nos próximos quatro vacinação , ou seja, das restrições impostas ano passado, que a produção industrial meses provavelmente não será suficiente para o controle da pandemia (como não registrava variação negativa nesta para reverter a tendência de isolamento social) que impactam comparação. Este é um sinal preocupante desaceleração da produção industrial, negativamente a conjuntura econômica. porque este setor vinha sendo importante tendo em vista o quadro sanitário de Talvez apostando na melhora do quadro para sustentar o nível de atividade agravamento da pandemia e a perspectiva sanitário e econômico no segundo econômica no Brasil em tempos de de aumento das taxas de desemprego. semestre, os empresários estão mais pandemia. Tal perda de dinamismo Com o aumento da incerteza, o mercado otimistas quanto as suas expectativas para também foi observada nos índices de vem revisando para baixo suas os próximos seis meses. Segundo a mesma produção por categoria de uso final, como expectativas para o crescimento da pesquisa da CNI, “o Índice de Expectativas bens de capital, intermediário e de produção industrial e para o PIB do Brasil subiu 0,9 ponto, passando de 57,2 pontos consumo. A partir de maio de 2020, a em 2021. No início deste ano, a mediana para 58,1 pontos. Destaca-se que o índice primeira retração na variação (%) do índice das expectativas dos analistas econômicos havia recuado 5,4 pontos na passagem de de produção (dessazonalizado) do consultados pelo BCB estimava para a fevereiro para março, ou seja, há uma macrossetor bens de capital foi registrada indústria taxa de expansão 4,14% e para o melhora do otimismo, mas ele não em fevereiro de 2021 da ordem de -1,5% PIB de 3,50%. No dia 19/04/21 as taxas retomou o patamar registrado entre em relação a janeiro de 2021. O mesmo haviam caído para 3,89% e 3,04%, agosto de 2020 e fevereiro de 2021, ocorreu com bens de consumo que respectivamente. Os empresários da quando superou os 60 pontos”. É apresentou no mesmo período em análise indústria também tem revisto suas importante salientar que além do desafio retração na margem de -1,1%, com bens expectativas como mostra pesquisa da imposto pelo problema sanitário à de consumo duráveis caindo 4,6% e CNI, ou seja, “o Índice de Confiança do recuperação da atividade econômica no semiduráveis e não duráveis -0,3%. Só Empresário Industrial (ICEI) registrou país há o risco de continuidade dos bens intermediário, na mesma métrica, queda de 0,7 ponto em abril. É a quarta aumentos da taxa de juros e seus efeitos apresentou discreto crescimento de 0,5%. queda consecutiva do índice, que já havia negativos para o custo do crédito na ponta A indústria vem sentindo a suspensão do registrado quedas de 2,2 pontos em às empresas - principalmente as micro, auxílio emergencial, que em 2020 foi de janeiro, de 1,4 ponto em fevereiro e de 5,1 pequenas e médias - como às famílias. 320 bi de reais, ao mesmo tempo que vem pontos em março. A queda acumulada no normalizando seus estoques. Ademais, a período é de 9,4 pontos. A queda na

MERCADO PRESSIONA POR SELIC ACIMA DE 5%AA EM 2022

Apesar do BCB na reunião do dia 17/03/21 do Comitê de Política Monetária (COPOM) decidir aumentar a selic em 0,75%, surpreendendo o mercado que esperava elevação de 0,5%, a curva para as cotações dos contratos futuros dos depósitos interfinanceiros (DI) tanto na ponta curta como na longa continua bastante empinada. Esta curva reflete as expectativas do mercado para a selic no curto e longo prazos. Para contratos de janeiro de 2023, 2024 e 2025 as estimativas são de selic a 6,68%, 7,79% e 8,37% enquanto a mediana do mercado, levantada na pesquisa realizada semanalmente pelo BCB (FOCUS), projeta para o mesmo período taxas de 6,50%, 6,13% e 6,0%, respectivamente. Ou seja, o mercado está trabalhando com um prêmio de risco maior que o refletido pela mediana dos agentes financeiros. A principal justificativa dada para juros acima de 9,0% a partir de 2027 é de natureza fiscal, baseada na aposta que o risco de calote dado pela relação dívida/PIB próxima a 100% continuará alto. A grande controvérsia entre os analistas econômicos, não obstante a relevância da necessidade de se reduzir o estoque da dívida sobre o PIB no tempo, é como atingir este objetivo no médio e longo prazos. Quanto ao calote, em tese estaria afastada a possibilidade uma vez que a dívida é quase 100% em reais. No curto prazo, a subida mais forte estimada para Selic estaria refletindo no balanço de riscos a inflação acima do centro da meta em 2021, mesmo com revisões para baixo para a taxa de crescimento do PIB este ano. Os fatores que continuariam pressionando a taxa de inflação seriam os elencados na Ata da última reunião do COPOM do BCB: a) sinais mais fortes de recuperação em nível internacional em função dos pacotes de estímulos fiscais nos EUA e

Europa, que passaram a pressionar, ainda mais, os preços das commodities com reflexos sobre a inflação doméstica; b) desvalorização do real frente ao dólar decorrentes de incertezas de natureza fiscal e elevação dos rendimentos dos títulos nos EUA, ambos impactando negativamente os preços dos ativos brasileiros em razão do aumento do risco país; e c) o BCB considera que, a despeito da redução parcial dos programas governamentais de recomposição de renda, a retomada econômica surpreendeu positivamente. A possibilidade de recessão técnica no primeiro semestre de 2021 sinaliza a dificuldade de repasses de choques de oferta para o consumidor final em função da retração da demanda. A expectativa é a taxa de desemprego crescendo em função do agravamento da pandemia, principalmente com ritmo de vacinação lento e o surgimento de novas cepas. Isto já começa a ser percebido no comportamento de alguns itens que compõem o IPCA, como alimentação e bebidas que teve de janeiro a março de 2021 a taxa reduzida de 1,01% para 0,07%; artigos de residência de 0,99% para 0,64%; saúde e cuidados pessoais de 0,22% para -0,14%; educação 0,11% para -0,43%. Ou seja, a desaceleração desses itens já reflete a dificuldade de sustentação da inflação em um período mais longo ao menos nos componentes que são sensíveis às pressões de demanda. Os dois vilões no período em análise foram habitação que saiu de deflação de -1,15% para 0,86% e transportes (leia-se política de preços da Petrobras indexada a variação da taxa de câmbio e dos preços da commodity petróleo) que saltou de 0,64% para 3,54%, ambos preços administrados pelo governo. Combater aumento de inflação provocados por choques de oferta,

seja cambial ou de commodities, com elevação de juros, mesmo procurando atenuar os seus efeitos secundários, tem implicações negativas sobre o nível de atividade econômica notadamente em uma economia estagnada e com dificuldade de se recuperar. Isto deveria ser levado em conta pela Autoridade Monetária uma vez que com a aprovação e sanção da autonomia do BCB foi colocado em seu mandato não só a estabilidade de preços como a observância do nível de atividade econômica ou de emprego e renda. Em síntese, como apontado no Panorama anterior, no balanço de riscos sustentamos que o BCB pode ter se precipitado a despeito da inflação provavelmente ficar acima do centro da meta em 2021. Isto porque, aumento de juros não é a melhor estratégia para se combater inflação provocada por choques de oferta, como reconhece o próprio BCB; a demanda na economia ainda se encontra enfraquecida como mostra o hiato do produto no patamar de -8% (produto bem abaixo de seu potencial ou alta capacidade ociosa na economia), segundo a FGV; a taxa de desemprego continua em patamar elevado próximo a 14%; o agravamento da segunda onda da Covid-19 com ritmo lento de vacinação (aumentando os períodos de isolamento social com implicações negativas para o nível de atividade econômica, principalmente no setor de serviços), e auxílio emergencial com valores, número de beneficiários e período de vigência menores. Ademais, juros mais altos piorará o desequilíbrio fiscal brasileiro e o custo na ponta do crédito ao consumidor e para as empresas inibindo, ainda mais, a recuperação econômica.

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA EM FEVEREIRO DE 2021

A indústria brasileira em fevereiro de 2021 registrou queda na produção 0,7%, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2020 a indústria teve estabilidade na produção, bem abaixo do resultado de janeiro quando cresceu 2% nesta métrica. De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), "ao que parece, a perda de

dinamismo recente da indústria vem sendo condicionada pelos ramos cujos mercados dependem do consumo das famílias, que tem sido freado não apenas pelo medo e isolamento decorrente diretamente da Covid-19, mas também pelo desemprego e pelo fim do auxílio pago às famílias." De acordo com o IEDI, "a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação, de acordo com a

série de FGV com ajustes sazonais, manteve-se em níveis muito próximos entre jan/21 (79,9%) e fev/21 (79,1%), mas em mar/21 recuou para 78,3%. Cabe observar que o nível de utilização voltou a ficar abaixo da média histórica anterior à Covid-19, que é de 79,5%, e ainda mais do patamar imediatamente anterior à crise de 2014-2016. No 1º trim/14, a utilização da capacidade estava em 82,6%".

VARIAÇÕES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - FEVEREIRO 2021 - %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,7	0,4	1,3	-4,2
Bens de capital	-1,5	16,1	16,6	-7,3
Bens intermediários	0,6	0,5	1,7	-0,9
Bens de consumo	-1,1	-3,2	-2,3	-9,0
Bens de consumo duráveis	-4,6	-8,4	-6,3	-20,1
Semiduráveis e não duráveis	-0,3	-1,6	-1,1	-5,9
Extrativa Mineral	-4,7	-6,7	-3,0	-2,5
Transformação	-0,2	1,2	1,9	-4,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Elaboração Própria

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

PRESIDENTE

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE PRESIDENTE

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO

Walter Luiz Jucá Sá

GERENTE UNITEC

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

DIRETOR REGIONAL

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO

Núcleo de Inovação e Pesquisa IEL/AL

EQUIPETÉCNICA

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubens Ferreira Junior

ESTAGIÁRIOS

Bernardo Leão Andrade Cavalcanti

Lhara Maria Dias Magalhães

Marcus Vinicius de Oliveira C Barbosa

Victoria Lima Torres de Aquino

CONTATO: (82) 2121-3079